

LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COMENTADA

De acordo com a Reforma pela Lei n. 14.230/2021

Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch
Guilherme Pupe da Nóbrega

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2022

35.077.3 (d1)(094)

Coment.

M945e

Copyright © 2022 by Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch
Guilherme Pupe da Nóbrega

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

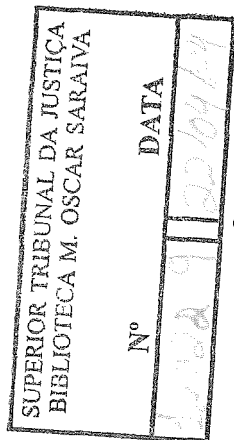
A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE



M945l

Mudrovitsch, Rodrigo de Bittencourt

Lei de improbidade administrativa comentada: de acordo com a reforma
pela lei n. 14.230/2021 / Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch, Guilherme
Pupe da Nóbrega. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2022.

424 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 401 - 413.

ISBN 978-85-519-1908-8

1. Direito público. 2. Direito administrativo. 3. Improbidade adminis-
trativa. 4. Sanções administrativas - Brasil. I. Nóbrega, Guilherme Pupe
da. II. Título.

CDD 345.8102323

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Prefácio

É com renovado prazer que mais uma vez atendemos ao gentil convite de Rodrigo Mudrovitsch e de Guilherme Pupe para prefaciá-la esta obra, que dá seguimento a empreendimento anterior dos autores pela seara da improbidade administrativa e que de igual modo contou com nossos apontamentos preambulares.

Nessa nova fase de estudos, Rodrigo e Guilherme nos brindam com diversos novos comentários, municiados pela sobrevivência da Lei n. 14.230/2021 após sua discussão no Senado Federal e seu retorno à Câmara dos Deputados. Dignas de nota destacada as considerações sobre temas decisivos, como a (ir) retroatividade da reforma, os primeiros tratamentos judiciais a ela conferidos e a prescrição, sensivelmente modificada no âmbito da casa revisora.

A preocupação em traçar um genoma normativo das alterações empreendidas é igualmente merecedora de aplauso, denunciando a preocupação dos autores em, mais que simplesmente atualizar o leitor acerca do que mudou, enunciar criticamente o caminho trilhado por cada opção legislativa, evidenciando causas e percalços. Daí reiterarmos o que dissemos em nosso prefácio primeiro: a conjugação de perspectivas sobre passado, presente e futuro é inevitavelmente um dos predicados do livro.

Obra orgânica, viva, o projeto que o leitor ora tem em mãos se anuncia, na esteira do primeiro livro, como um alvissareiro caminhar que seguiremos acompanhando entusiasmados.

Mauro Campbell Marques

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Ney de Barros Bello Filho

Desembargador Federal do Tribunal
Regional Federal da 1ª Região